PAISAGEM AMAZÔNICA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO NA REGIÃO DE LÁBREA (AM)

Luciene Cristina RISSO [1]
Liliana Bueno dos Reis GARCIA [2]

RESUMO

As influências do capitalismo atual estão afetando negativamente e diretamente os povos da floresta. Uma das principais ameaças na região amazônica brasileira é o desmatamento para venda de madeiras e expansão agropecuária. Desta forma, o objetivo principal neste estudo foi mostrar as principais ameaças para a conservação ambiental e preservação cultural no município de Lábrea (Estado do Amazonas).

INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, a paisagem é fruto da relação entre sociedade e Natureza. Vivem nela, comunidades indígenas e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, seringueiros que vivem diretamente dos recursos naturais que a floresta amazônica oferece. No entanto, as formas de ocupação amazônica no decorrer dos anos vêm afetando os povos da floresta. Atualmente, a Amazônia está sendo cercada por uma infinidade de pressões advindas do modelo capitalista vigente, apesar de todo o movimento ambientalista.

Uma das principais ameaças na região amazônica brasileira é o desmatamento para a expansão agropecuária, principalmente para o plantio da soja. As taxas de desmatamento aumentaram no período de 2003-2004, onde 23.130 km2 de floresta foram perdidos. Diante destas influências do capitalismo atual na região amazônica, este estudo visou entender a paisagem amazônica, mostrando as principais ameaças para a conservação ambiental e preservação cultural no município de Lábrea (Estado do Amazonas), na região do médio Purus, bem como alternativas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável desta região.

MÉTODOS e TÉCNICAS

Para executar esta pesquisa foram feitos levantamentos bibliográficos, coleta de fontes cartográficas (cartas topográficas -1:100.000 e 1: 50.000, do DSG - Departamento de Serviço geográfico do Exército de 1984) e coleta de campo na terra indígena Apurinã do Igarapé Mucuim (AM) atualmente ameaçada pela ação dos madeireiros.

As técnicas utilizadas de pesquisa foram: observação participante, entrevistas, uso do GPS e confecção de mapas.

As principais ameaças na região Amazônica.
A região amazônica possui a maior área com cobertura florestal primária. Desta floresta somente existem 1/5 no planeta. Entretanto, esta região é, hoje, claramente, o centro das ameaças às florestas primárias remanescentes no planeta (WRI, 1997).

Desta forma, o governo brasileiro tem uma grande responsabilidade com a preservação e conservação desta floresta. De acordo com AB'Saber (2003, p.77) "poucos países no mundo têm tanta responsabilidade com a preservação da biodiversidade regional quanto o Brasil". Isso pelo fato "de ter herdado grandes espaços físicos e ecológicos, de máxima riqueza em termos de diversidade biológica, acentuado pela condição de se terem mantido,

[1] Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro/SP. Pós-Graduação em Geografia – rissolu@yahoo.com.br.
[2] Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro/SP. Profa. Dra. Do Deplan. lilianagarcia@terra.com.br

até a década de 60, praticamente intactas nossas grandes florestas úmidas do Norte do país".

Nos últimos anos, a extração predatória e o comércio ilegal de madeira, especialmente o mogno, a pecuária extensiva, a conversão de solos para a agricultura (soja e arroz) e a grilagem de terras públicas são os fatores relevantes para a ocorrência do processo de desmatamento na Amazônia.

Segundo os dados de desmatamento amazônico coletados pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) durante o período de 1977 a 2004 (Figura 1), a maior estimativa de desmatamento foi no período entre Agosto de 1994 e Agosto de 1995 com 29.059 Km2.

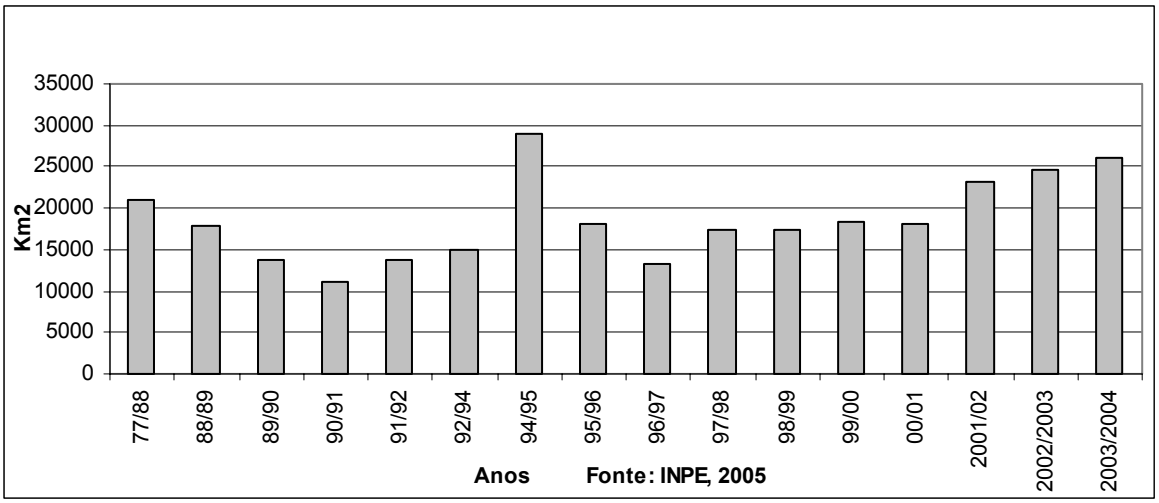

Figura 1 - Desmatamento amazônico no período de 1977 a 2004

Dados recentes divulgados em 19/5/2005 pelo governo e pelo INPE, estimaram que o segundo maior índice foi no período de 2003-2004 com 26.130 Km2. Isto aconteceu principalmente por causa da expansão agrícola da soja. Nesta última estimativa coletada, os Estados brasileiros que mais contribuíram para o desmatamento foram Mato Grosso e Rondônia.

O desmatamento se concentra na área do chamado 'arco do desmatamento' que se estende do Maranhão ao Acre. Os estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, nesta ordem, são os estados que apresentaram as maiores taxas de desmatamento no período de 1998 a 2000 (BRASIL, 2002, p.13). Os desmatamentos são realizados numa faixa de 50 Km de cada lado das rodovias que foram abertas na região. Entretanto, as fronteiras da devastação estão se ampliando para além deste arco do desmatamento, avançando para o sul do Estado do Amazonas, próximos ao município de Lábrea, área de nosso estudo.

Para Lábrea, estão avançando as madeireiras, garimpos e grilagens de terras. No entorno da cidade está havendo desmatamentos para a agropecuária e houve uma grande migração do campo para a cidade, segundo o IBGE (2001).

O avanço dos madeireiros na Amazônia está na direção de florestas ainda preservadas como na região de Lábrea no Estado do Amazonas, como cita Mendes (2003): "[...] grandes desmatamentos e frentes de grilagem de terras públicas estão ocorrendo em Apuí, Lábrea, Boca do Acre, Novo Aripuanã e Rodovia do Estanho no Estado do Amazonas, estado até então bastante preservado" [...] "em Lábrea e Boca do Acre, no sul do Amazonas, mais de 15 mil hectares ao longo do 'Ramal dos Baianos' foram desmatados entre fins do ano passado e primeiro semestre deste ano, antes que o IBAMA chegasse a área".

Outra denúncia refere-se que madeireiras estão "cobiçando os seringais acreanos e de Lábrea para exportação ilegal do mogno" (SALES, 2003).

O desmatamento realizado pelas indústrias madeireiras abre caminho para outras atividades como a pecuária, a agricultura e colonização. Destes desmatamentos, 80% da madeira explorada, têm origem ilegal (Brasil - SAE, 1997), dificultando o controle do governo sobre esta atividade e dados confiáveis.

Segundo o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) as madeireiras foram responsáveis pela abertura de mais de 3 mil km de estradas ilegais nos últimos anos, só no sul do Pará. A abertura de estradas clandestinas serve também para a entrada de grileiros em regiões ainda inexploradas.

Em 1999 havia "1300 madeireiras de médio porte na Amazônia e outras 1200 serrarias familiares pequenas no estuário do Amazonas em 1999" (GREENPEACE, 1999).

Durante a década de 1990, diversas indústrias multinacionais madeireiras como malasianas, chinesas e alemãs instalaram-se na região amazônica, por decorrência do esgotamento crescente da cobertura florestal do Sudeste Asiático e da África Central (GREENPEACE, 1999).

A Amazônia passou a ser encarada pelas multinacionais madeireiras como a principal fonte de madeira tropical.

As principais indústrias madeireiras multinacionais instaladas na Amazônia de acordo com a tabela 1 são:

Tabela 1 - Principais madeireiras atuantes na região Amazônica

Madeireiras	Origem
Amacol (Amazônia Compensados e Laminados AS)	Kiani (EUA)
Amaplac SA Indústria de Madeiras WTK Brasil Florestal	Grupo WTK (Malásia)
Braspor Madeiras Ltda	Controle Português
Cifec Madeira Indústria e Comércio Ltda.	Cifec (China International Forestry Corporation) (China)
Compensa (Madeiras Compensadas da Amazônia)	Tianjin Fortune Timber (China)
Eidai do Brasil (Eidai do Brasil Ltda Indústria e Comércio)	Eidai Inds Inc USA (Eidai) (Japão)
Eldorado Exportação e Serviços	Capital francês
Gethal Amazonas SA Indústria de Madeiras	Westag & Getalit AG (Alemanha)
Janus Brasil AS	Janus International Inc (Sara Hallitex) (EUA)
Jaya Tiasa (Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais Ltda; Companhias Maginco; Selvaplac Verde SA)	Rimbunan Hijau (Malásia)
Lawton Madeiras da Amazônia	Lawton Lumber Company (EUA)
Mil10 Madeiras Ltda	Precious Woods (Suíça)
Nordisk Timber Ltda	Dahlhoff, Larsen & Horneman AS (Dinamarca)
Robco Madeiras	Robinson Lumber Co Inc (EUA)
Terra Resources Brazil Ltda	Grupo Nevada Manhattan Inc (EUA)

FONTE: GREENPEACE (1999).

A WTK e a alemã Gethal são líderes do mercado do Amazonas (MUGGIATI; GONDIM, 1996, p.1), sendo que, a Gethal atua na região de Lábrea (AM).

As florestas podem ser exploradas legalmente através dos planos de manejo florestal previsto no Código Florestal nº 4771/1965. Mas, neste universo de ilegalidade, muitas madeireiras não possuem planos de manejo. Assim, o quadro atual, é de uma exploração florestal sem manejo adequado, desonestidade na fiscalização, corte de espécies protegidas por lei e invasão de áreas protegidas e terras indígenas (GREENPEACE, 1999). As indústrias do setor que possuem planos de manejo, muitas vezes não os respeitam. Segundo a Secretaria de assuntos estratégicos – SAE (BRASIL, 1997) a maioria dos planos de manejo florestal existentes serve "apenas para satisfazer exigências legais".

Mesmo com plano de manejo, os impactos afetam diretamente “a estrutura florestal e a composição do ecossistema” (GREENPEACE, 1999). “Em 1998, 27 milhões de hectares da floresta amazônica se tornaram vulneráveis ao fogo em decorrência do corte seletivo de madeira de elevado valor comercial”.

Além disto, a atividade madeireira apresenta índices de desperdício incríveis. “2/3 de todas as árvores exploradas na Amazônia viram sobras ou serragem” (GREENPEACE, 1999, p.2).

Os lucros da atividade madeireira também não se revertem para a sociedade local. Segundo o Greenpeace (1999) os benefícios para as comunidades locais da região continuam baixos, já que a indústria oferece empregos de péssima qualidade e o acesso ao lucrativo mercado internacional é dominado por empresas estrangeiras. A maior parte da madeira ainda, se direciona para os mercados nacionais da região Sudeste.

Por outro lado, a crescente pressão dos mercados externos sobre os fornecedores de madeira tropical está levando algumas indústrias a buscar certificação, relatando a origem da madeira para poderem exportar. A maior parte da madeira exportada (40%), segundo o Greenpeace (1999) vai para a União Européia. Outros 31% vão para os Estados Unidos.

O desmatamento acarreta diversos impactos ambientais negativos, como a perda da biodiversidade, poluição do solo, das águas e do ar. Segundo o IPAM (Instituto de pesquisas da Amazônia), 200 milhões de toneladas de carbono à atmosfera anualmente, transformando o Brasil num dos 10 maiores vilões responsáveis pelo aquecimento global (ADÁRIO, 2003, p.9). Os recursos culturais dos quais dependem os povos da floresta também são afetados.

A conversão da floresta para a prática da pecuária e o cultivo de soja são os maiores responsáveis por estes desmatamentos.

O governador do Amazonas já desenvolve um programa de crédito e fomento principalmente no município de Humaitá (Sul do Estado do Amazonas, município vizinho de Lábrea).

Além destes impactos citados, existem outras interferências acontecendo na Amazônia brasileira como a biopirataria, gasoduto, a ação de missionários na região e a mineração.

A ação de missionários evangélicos internacionais e nacionais é uma grande ameaça aos povos indígenas, por vários motivos. Pereira (1954, p.33) já chamava a atenção para esta problemática: "As nações estrangeiras e os religiosos interessados em nos ajudar, façam-no, sem exigir o sacrifício dessas virtudes básicas. Leis sábias deverão regular a forma de assistência ao amazonense".

As principais conseqüências destas ações missionárias são: a divisão da aldeia em facções religiosas, perda de referenciais culturais, e principalmente porque atrás destas ações esconde intenções de acesso a recursos minerais e genéticos da terra indígena.

É proibida a entrada de missionários em terras indígenas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mas infelizmente isto continua acontecendo por falta de fiscalização. Uma matéria veiculada em 26/02/2003 no programa Brasil Urgente do canal Bandeirantes, denunciou a prática de evangelização das tribos Yanomamis que vivem na floresta Amazônica, mais especificamente no estado de Roraima:

O MEVA (Movimento de Evangelização da Amazônia) e Brian Padlow, um evangélico canadense, estão coagindo índios yanomami a se 'converterem' e a garimparem as suas terras em troca de míseros quilos de alimento. Brian Padlow (já conhecido pela própria FUNAI) está instalado a alguns anos na comunidade yanomami e alega estar fazendo um trabalho solidário. Os repórteres encontraram muitas dificuldades para entrar na comunidade. Durante a visita à tribo catequizada por Brian Padlow, o repórter foi chamado por um homem yanomami a conversar isoladamente e ele denunciou que o canadense quer

que todos se tornem 'crentes', proibindo os rituais yanomami milenares e os condenando como pecaminosos, o que gera muito atrito pois vários deles ainda resistem a ser o que são. O grupo que instaurou uma espécie de resistência pediu para que a reportagem registrasse o ritual que eles promoveram na hora como forma de afirmação da cultura yanomami, mas logo depois o canadense apareceu e reprimiu a manifestação (MEILI, 2003).

Como este exemplo, vários casos são detectados na região amazônica e na região de Lábrea (AM). A igreja batista tem sites na Internet que mostram suas ações: www.ejesus.com.br,http//:www.sites.uol.com.br/uniaonet. Inclusive, várias etnias indígenas do médio Purus foram convertidas por estas missões.

Deste modo, os povos da floresta não estão isolados deste processo, pelo contrário, estão totalmente inseridos e sofrem com estas interferências diretas e indiretas na região.

Na área de estudo no médio Purus existem diversas etnias indígenas como Apurinãs, Jamamadis, Paumaris, Jarawaras, que tiveram contato com os brancos desde o século XIX e ainda os Zuruahã e índios isolados como os Hi-Merimã.

Os Apurinãs, paumaris e jamamadis estão sofrendo atualmente por causa da ação dos madeireiros e da expansão agropecuária e por isto solicitaram o processo de demarcação de suas terras, mas, no entanto, a falta de fiscalização propicia o desrespeito e a invasão destas terras indígenas.

RESULTADOS

A expansão das fronteiras agrícolas e o desmatamento madeireiro estão atingindo o Sul do Estado do Amazonas, considerado como uma das regiões mais conservadas da região amazônica. No caso do entorno ser desmatado, várias conseqüências podem ocorrer na saúde dos povos indígenas, como contaminação da água, falta de animais para caçar e pescar, entre outros impactos ambientais negativos. Por isto, é urgente o planejamento ambiental para a região e propostas de atividades sustentáveis.

Indicamos para a região de Lábrea a criação de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, criação de alternativas econômicas como o agroextrativismo, incentivo ao turismo sustentável, demarcação das Terras Indígenas, melhoria das condições de saúde das comunidades indígenas e caboclas, melhoria da fiscalização ambiental contra o desmatamento ilegal e pescas ilegais, como do pirarucu (Arapaima gigas), caça da tartaruga (Podocnemis expansa) e valorização da educação e das culturas desta região do médio Purus. Deste modo, espera-se que este estudo mostre caminhos para um planejamento ambiental nesta região.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, A.N. **Os domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ADÁRIO, P. A Amazônia precisa de você. In: GREENPEACE. **Deni**: A conquista de um povo por seus direitos, 2003. p.9. BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1943-1978. Trimestral.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Modelo de licenciamento ambiental em propriedade rural na Amazônia Legal**. Brasília, 2002.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal/Brasil - SAE. **Política florestal**: exploração madeireira na Amazônia. Brasília, 1997.

GREENPEACE. **Face a face com a destruição**: relatório Greenpeace sobre as companhias multinacionais madeireiras na Amazônia Brasileira. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br>. Acesso em: 19 jun.2004.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

MEILI, A. **Evangelização**: derrubando fronteiras. Disponível em: <http//Brasil.indymedia.org/pt/blue/2003/02/248636.shtml>. Acesso em: 28 out. 2003.

MENDES, C. **Brasil**: avanços dos madeireiros em direção a Amazônia. Publicado em 14/07/2003. Disponível em: <http//www.biodiversidadla.org.articleview/2989/1/15/>. Acesso em: 28 out.2003.

MUGGIATI, A.; GONDIM, A. Asiáticos buscam domínio na Amazônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 set.1996. Brasil, p.1.

PEREIRA, O.D. **Desnacionalização da Amazônia**. Rio de Janeiro: Atualidades, 1954.

SALES, A. Seringais acreanos são alvo da cobiça da máfia do mogno. **Jornal O rio Branco**, Acre. Disponível em: <http://www.oriobranco.com.br>. Acesso em: 28 out.2003.

WORLD RESOURCES INSTITUTE - WRI. **The last frontier forests**: ecosystems and econgramas. Disponível em: <http://www.wwf.org>. Acesso em: 5 fev.2005.